



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CE
AO PROJETO DE LEI Nº 4108, DE 2020

Altera a Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e a Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, para vedar o cancelamento e a interrupção de pagamento de bolsas de estudos e auxílios nelas previstos nas condições que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei veda o cancelamento e a interrupção de pagamento de bolsas de estudo e de apoio financeiro concedidos no âmbito de programas e normas federais de fomento à iniciação científica e tecnológica e à docência, à especialização em residência médica e multiprofissional em saúde, e à educação superior em nível de graduação, mestrado e doutorado, durante o enfrentamento da situação de emergência na saúde, decorrente do estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 3º.....

.....



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212976641100>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 5º As bolsas concedidas com base na alínea “c” do caput não sofrerão cancelamento nem interrupção de pagamento enquanto perdurar o enfrentamento da situação de emergência na saúde, decorrente do estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional.” (NR)

Art. 3º O art. 3º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

“Art.3º.....

.....

§ 9º As bolsas de auxílio financeiro, inclusive as de permanência, concedidas com amparo nesta Lei não sofrerão cancelamento nem interrupção de pagamento enquanto perdurar o enfrentamento da situação de emergência na saúde, decorrente do estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional.” (NR)

Art. 4º O art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art.4º.....

.....

§ 7º As bolsas previstas no art. 3º, alínea “d”, e no caput deste artigo não sofrerão cancelamento nem interrupção de pagamento enquanto perdurar o enfrentamento da situação de emergência na saúde, decorrente do estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional.” (NR)

Art. 5º O art. 2º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art.2º.....

.....





CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 7º Durante o enfrentamento da situação de emergência na saúde, decorrente do estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional, é vedado o cancelamento de bolsas concedidas na forma do inciso III do § 1º, assim como a interrupção do pagamento das bolsas concedidas.” (NR)

Art. 6º O art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º-A:

“Art.62.....

.....

§ 5º-A. É vedado ao ente concedente proceder ao cancelamento, assim como à interrupção do pagamento de bolsas concedidas na forma do § 5º, enquanto perdurar o enfrentamento da situação de emergência na saúde, decorrente do estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional.” (NR)

Art. 7º O art. 15 da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art.15.....

.....

§ 3º São vedados, enquanto perdurar o enfrentamento da situação de emergência na saúde, decorrente do estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional, o cancelamento e a interrupção de pagamento de Bolsas para a Educação pelo Trabalho previstas no Programa instituído na forma do caput.” (NR)

Art. 8º A Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 14-A:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Art. 14-A. São vedados, enquanto perdurar o enfrentamento da situação de emergência na saúde, decorrente do estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional, o cancelamento e a interrupção de pagamento das bolsas concedidas com amparo nos arts. 11, 13 e 14 desta Lei.” (NR)

Art. 9º Ficam ressalvados da vedação de interrupção de pagamento de bolsas de que trata esta Lei os casos de desligamento voluntário de seus beneficiários, de encerramento dos respectivos cursos ou programas e de decisão fundamentada da instituição de ensino.

Art. 10 Durante o enfrentamento da situação de emergência na saúde, decorrente do estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional, ficam suspensos os ressarcimentos, nas situações previstas na legislação ou contratualmente, dos valores recebidos a título de bolsas de estudos e auxílios previstos nesta Lei.

Art. 11 No caso específico do enfrentamento da situação de emergência na saúde, decorrente do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, a vedação estipulada por esta Lei estender-se-á pelo prazo de 1 (um) ano contado da cessação de sua vigência, incluída eventual prorrogação.

Art. 12 É assegurado aos beneficiários de bolsas de estudo, de estágio e de apoio financeiro a que se refere o art. 1º desta lei, o recebimento do auxílio emergencial de renda, desde que atendam os critérios de renda estabelecidos na legislação.

Art. 13 Ficam revogadas às disposições em contrário.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 19 de maio de 2021

Deputada **PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE**
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212976641100>

